SINDIPETRO-RS

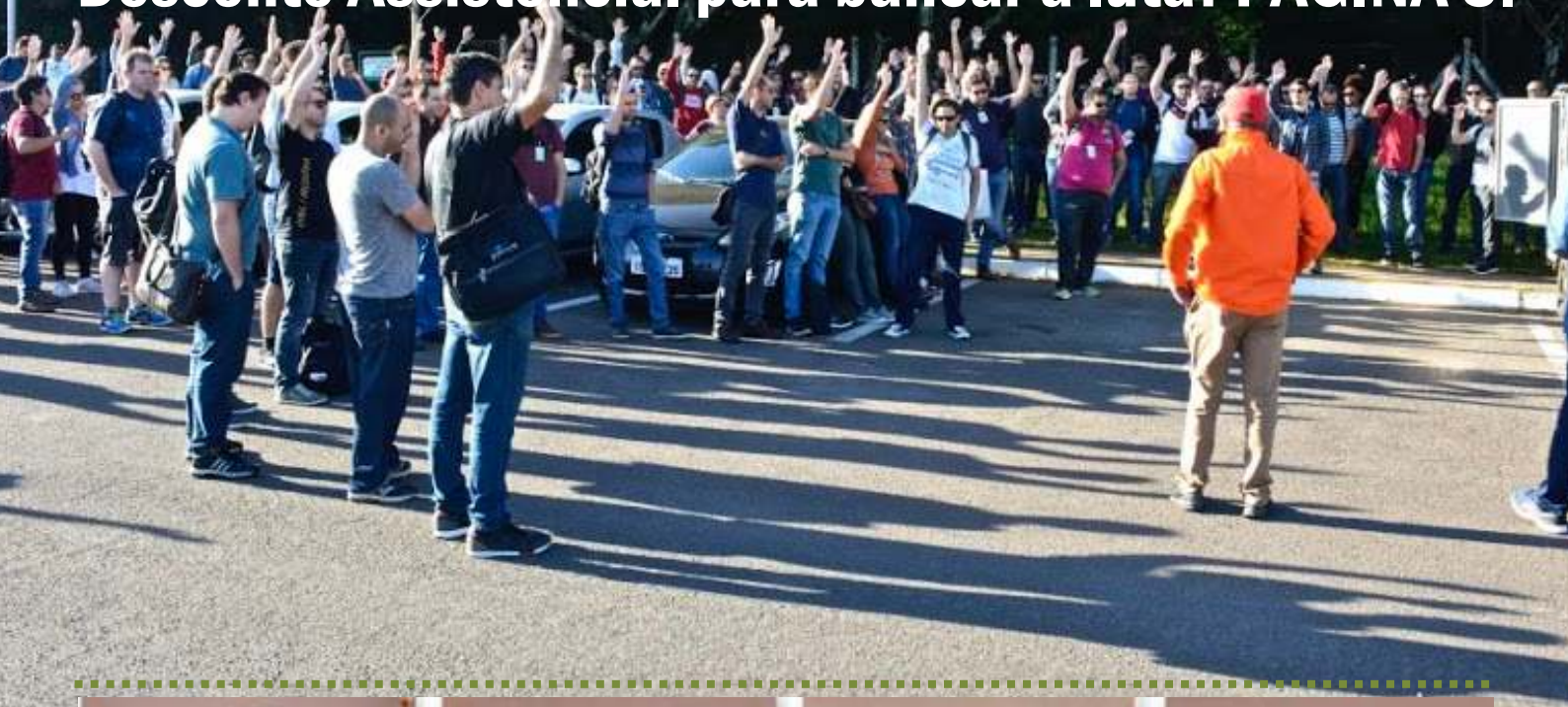
Filiado à FUP e CUT

PAPO DIRETO

Informativo Semanal do SINDIPETRO-RS - Ano V - Nº 282 - De 1° a 05/04/2019

SIM: 95%!

Categoria responde a ataque do governo, aprovando Desconto Assistencial para bancar a luta! PÁGINA 3.



NUNCA MAIS!

Torturar crianças e mulheres grávidas foi uma "diversão" para os torturadores na ditadura de 64. Crianças eram torturadas, perseguidas e fichadas como terroristas por agentes, com a complacência do Estado. Foi o caso de Ernesto, Zuleide, Luis Carlos e Samuel (da esquerda para à direita) que, presos com os pais e avós, conheceram os cárceres do regime militar, foram enquadrados como subversivos e banidos do país. **LEIA MAIS NA PÁGINA 2.**

UMA DITADURA QUE MATOU E TORTUROU TEM QUE SER REPUDIADA E NÃO CELEBRADA

Nos próximos dias 1° e 2 de abril, completam 55 anos do golpe de 1964, que tomou o poder e implantou uma ditadura civil-militar que matou, torturou e perseguiu quem pensava diferente do regime imposto pelos militares, com apoio de muitos civis.

Sob a justificativa de "salvar o país dos comunistas", ainda que num cenário de guerra fria, o regime praticou, com a complacência e instrumentos estatais, verdadeiros horrores, que não pouparam crianças, mulheres grávidas e jovens. Este regime durou 21 anos.

Do ponto de vista politico-ideológico fechou o Congresso Nacional, cassou os direitos políticos e civis, inclusive o habeas corpus (permitindo prender sem o devido processo legal), censurou a imprensa, as artes, e acabou com os direitos humanos. A ditadura militar acabou com os partidos políticos, cassou deputados e retirou os direitos políticos de opositores. Do ponto de vista econômico, levou a dívida pública a estratosfera, terminou com uma inflação que passava dos 200% e, como se viu depois, com um alto nível de corrupção.

As bandeiras para cooptar o povo foram, como hoje, o combate a corrupção, a ameaça do comunismo, o desemprego, e outros discursos construídos pela direita e a elite do país. Houve perseguição a professores, políticos, militares que não compactuavam com o regime e opositores.

PORTAS PARA A EXPLORAÇÃO

O regime militar abriu as portas para a exploração das riquezas naturais do Brasil, implantação de empresas multinacionais, entre outras medidas que se beneficiaram de uma mão de obra barata e acuada por um regime ditatorial disposto a matar qualquer resistência. O golpe de 1964 não passou de um plano de dominação econômica, política e cultural e as semelhanças com o que estamos vendo hoje não é coincidência. A diferença é que hoje a sociedade civil está mais organizada, há mais informações em âmbito nacional e internacional e existe uma forte resistência de vários países à violação dos direitos humanos e à apologia aos crimes de Estado.

Como as novas gerações possuem muito mais informações do que as que viveram em 1964 e a recente experiência democrática ainda está latente na memória do povo brasileiro, pode ser que ocorra uma multiplicação dessas reflexões nas reuniões familiares, nos condomínios, nas associações de bairros, nos sindicatos, nas organizações profissionais e nos diferentes coletivos. Se for assim, talvez num futuro próximo possamos deixar para trás mais um período triste da história do Brasil, e desta vez, quem sabe, com o julgamento e a condenação dos vendilhões da Pátria.

NADA A COMEMORAR

Esse período, um dos mais cruéis da história do Brasil, que não poupou nem crianças, tem que ser lembrado para que **NUNCA MAIS** aconteça. Não há o que comemorar ou homenagear num período que até hoje não consegue prestar contas dos mortos aos familiares.

TRABALHADORES TAMBÉM PAGARAM O PREÇO

Os trabalhadores também pagaram um preço alto no golpe de 64. Os sindicatos sofreram intervenções e a luta por melhores salários e condições de trabalho foi fragilizada. Muitos trabalhadores foram presos e até mortos. Os petroleiros estiveram no centro do golpe, em razão da função estratégica ds refinarias para os militares.

No RS, a REFAP estava sendo construída e a categoria começava a se organizar. Mesmo assim, sentiu as consequências do golpe.

No primeiro ano do golpe houve intervenção em 452 sindicatos. Em 1970 este número já havia passado para 652. Houve proibição de greves e lideranças sindicais foram presas, torturadas e mortas. Em abril de 64, ao chegar na REFAP, os trabalhadores se depararam com soldados portando fuzis, numa clara demonstração de força e de intimidação. A REFAP foi ocupada militarmente três vezes: uma em 64 e duas em 87. Houve demissões, perseguições e violência contra os trabalhadores.

ENCONTROS SOBRE DÉFICIT DO PPSP

Petroleiros aposentados, da ativa e pensionistas participaram, dias 27, 28 e 30/03, em Canoas, POA e Osório, respectivamente, dos encontros promovidos pelo SINDIPETRO-RS para debater proposta alternativa de equacionamento do déficit do PPSP construída pelo Grupo de Trabalho (GT) que tem tratado o tema. O texto construído foi entregue pela Petrobrás à Petros dia 28/12/2018.

Segundo o representante do Sindicato no GT, Hélio Libório, os encontros, além de apresentar o Plano Alternativo, esclarecer dúvidas e questionamentos, têm como objetivo que os trabalhadores sejam multiplicadores das informações, levando a proposta aos demais participantes do Plano Petros. Hélio informou, ainda, que o Sindicato tem tido outras iniciativas em defesa dos direitos dos aposentados, pensionistas e trabalhadores da ativa, para dar suporte e melhor assessorar beneficiários da Petros. A expectativa, agora, é de que até meados de abril, se tenha novidades em relação a movimentação da proposta alternativa pela Petrobrás.

95% DE SIM AO DESCONTO ASSISTENCIAL É RESPOSTA DOS TRABALHADORES ÀS TENTATIVAS DE FRAGILIZAR OS SINDICATOS

Em assembleias entre os dias 25 e 29, os petroleiros gaúchos aprovaram, com 95% dos votos válidos, um desconto assistencial de 2% sobre os salários básicos e adicionais. A decisão foi uma resposta contundente dos trabalhadores às tentativas do governo e dos gestores da Petrobrás, de fragilizar a luta e a resistência, principalmente quanto duas medidas: a privatização da empresa e a reforma da previdência.

O desconto assistencial valerá por quatro meses e a contribuição deverá iniciar em maio, já que o Acordo Coletivo (Cláusula 94) garante um prazo para os trabalhadores que não concordarem com o desconto de se manifestarem. No caso dos petroleiros, o resultado das assembleias foi protocolado junto a empresa dia 29 e, portanto, este prazo vai até início de abril. Quem discordar deve enviar email à secretaria do Sindicato manifestando sua discordância.

SINDICATO REFORÇA IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO

Nas assembleias, os dirigentes do Sindicato deixaram claro aos trabalhadores a importância da participação na entidade, tanto com a sindicalização,

como com a concordância com o desconto assistencial.

De fato, desde a reforma trabalhista, em 2017, que o governo vem tentando enfraquecer as entidades representativas dos trabalhadores. São elas que constroem as lutas e a resistência às medidas que tentam acabar com os direitos. Foi isso que o golpista Temer fez quando quis aprovar a reforma trabalhista e é isso que Bolsonaro quer fazer agora, para aprovar a reforma da previdência.

Por isso a edição da Medida Provisória (MP) 873/2019, que impede as empresas de descontar em folha as mensalidades dos sindicalizados, que é claramente inconstitucional e que tem sido revertida na Justiça, na maioria dos casos. Apesar disso, a gestão da Petrobrás comunicou aos sindicatos que não faria mais os descontos em folha.

SINDIPETRO-RS OBTÉM DECISÃO FAVORÁVEL

No caso do SINDIPETRO-RS, houve decisão contrária à manutenção do desconto na primeira instância, na Justiça de Canoas, e vitória na segunda instância (no TRT-4ª Região).

A liminar em Mandado de Segurança foi deferida dia 26 de março e obriga a Petrobrás a manter o desconto em folha das mensalidades dos sindicalizados. A decisão anula os efeitos da Medida Provisória (MP) 873/2019, encaminhada pelo presidente Jair Bolsonaro ao Congresso Nacional, no último dia 1º de março, com o claro objetivo de enfraquecer financeiramente os sindicatos.

Segundo o diretor Dary Beck Filho, a liminar reforça a jurisprudência favorável para as entidades sindicais que representam os trabalhadores.

"É de extrema importância essa vitória, mesmo que parcial, pois vamos demonstrando que esse ataque do Bolsonaro à representação da classe trabalhadora é inconstitucional e ilegal. O objetivo do governo federal é impedir a resistência organizada à proposta de fim da aposentadoria encaminhada por ele à Câmara. Não vai adiantar", afirmou Dary. "Para nossa categoria, tem um sabor especial, pois sabemos que vamos enfrentar a privatização e o desmonte da Petrobrás na sequência", completou.

De acordo com a decisão, "as mensalidades sindicais, pagas pelos associados de forma espontânea ao sindicato impetrante, constituem-se de notória fonte de receita da entidade, inclusive para custear o adimplemento dos salários dos próprios empregados do sindicato – parcelas de natureza inequivocamente alimentar, destinadas à subsistência dos trabalhadores, justificando a relevância e a necessidade da providência".

O julgador destacou, ainda, que o desconto em folha de pagamento possui previsão em norma coletiva e amparo na Constituição Federal. Determinou que os descontos sejam restabelecidos sob pena de pagamento de multa diária de R$ 1.000,00 por cada trabalhador.

DESAFIOS IMPOSTOS AOS PETROLEIROS

O SINDIPETRO-RS destacou durante as assembleias, os principais desafios que os petroleiros terão pela frente: **a luta contra a privatização** da empresa, que tem se acelerado com o atual presidente da estatal, **e a luta contra a proposta do governo Bolsonaro para a reforma a previdência que, na prática acaba com a aposentadoria**.

"Em breve também teremos a negociação do Acordo Coletivo e temos que garantir que nenhum direito será retirado. Pra isso precisamos estar unidos, mobilizados e com um sindicato forte, que possa fazer frente a estas demandas", disse Dary. A avaliação dos dirigentes, a partir das assembleias, é de que para a categoria, ficou claro que a empresa e o governo estão tentando, de todas as formas, enfraquecer a luta dos trabalhadores, para levar mais facilmente a cabo suas pretensões.

“SOMOS TODAS IRMÃS”

O **VII ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES PETROLEIRAS DA FUP** este ano terá como tema “**SOMOS TODAS IRMÃS**”. O encontro será em Vitória (ES), de 5 a 7 de abril. O SINDIPETRO-RS estará representado na atividade.

Segundo a diretora da FUP e do Sindipetro-ES, anfitriã do encontro, a atividade visa fortalecer as lutas das mulheres, com um momento de integração e de aprendizado. Segundo ela, as mulheres são as que mais sofrem os ataques, como assédio no ambiente de trabalho. Elas são também as mais afetadas pela reforma trabalhista e agora, pela reforma da previdência, caso a proposta venha a ser aprovada. Estão ainda na agenda, debates sobre a defesa do pré-sal e a luta contra a privatização e contra a reforma da previdência. Confira a programação no quadro ao lado.

5 DE ABRIL, SEXTA-FEIRA

17h30– Recepção com Feira de produtos da agricultura familiar e exposição de artistas locais

18h – Abertura oficial do VII ENMP e Encontro dos movimentos feministas e sociais do Estado do Espírito Santo

18h30 – Homenagem à Zilma Coelho Pinto com exibição de documentário

19h – Palestra: “Por que ser feminista?” - Convidadas: Deputada Federal Erika Kokay (PT-DF) e Professora Dra. Erineusa Silva, Núcleo Interinstitucional de Pesquisa em Gênero e Sexualidades – Ufes/Estácio, Praxis/Nepe (Ufes)

21h – Apresentação Cultural

6 DE ABRIL, SÁBADO

7h30 – Atividade ao ar livre com Marli Zordan

9h – Painel: Análise do Setor Petróleo e Gás no Brasil e no ES

Convidadas: Msc. Carla Borges Ferreira, Pesquisadora do INEEP e Msc. Ana Maria Leite de Barros, pesquisadora da UFES;

10h40 – Painel: A Luta contra a Privatização: o papel das trabalhadoras e trabalhadores - com Rita Serrano, Coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas; Fabiana dos Anjos, Representante dos Trabalhadores no CA da Transpetro; Danilo Silva, Representante dos Trabalhadores no CA Petrobrás

14h – Ginástica Laboral, com Claudete Roseno

14h30 – Painel: Impactos da Reforma Trabalhista e Previdenciária na vida das trabalhadoras e os direitos ainda preservados na lei - com Euci Santos Oss, Advogada Trabalhista assessora do Sindipetro-ES; Lujan Miranda, Especialista em Direito Constitucional /Núcleo Auditoria Cidadã da Dívida/ Sindiprev/ES; Jossandra Rupf, Advogada especialista em Gestão de Politicas Publicas de Gênero e Raça / CTB-ES; Sandra Bortolon, Coord. Dieese ES.

16h– Debate e Reflexões

7 DE ABRIL, DOMINGO

7h30 – Aula de defesa Pessoal com Campeã Mundial de Jiu-jitsu life COACH Ariane Guarnier

9h – Painel “A trajetória e as conquistas do Coletivo de Mulheres Petroleiras da FUP” - com Mônica da Silva Paranhos, pesquisadora associada do Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro IFCS-UFRJ; Andressa Delbons, coordenadora do Coletivo de Mulheres da FUP.

SERVIÇOS

ATENDIMENTO JURÍDICO

ESCRITÓRIO DIREITO SOCIAL - Atendimento às 5ªs feiras, das 15h30 às 18h, na sede do Sindicato. **PLANTÕES:** Dia 02/04, em Osório.

ESCRITÓRIO COSTA & ADVOGADOS - Atendimentos às 6ªs feiras: na 1ª e 3ª semana do mês, na sede do Sindicato, das 14h às 16h; na segunda e quarta 5ªs feiras do mês, na Delegacia de Canoas, das 10h às 12h.

SERVIÇO SOCIAL - Assistente Marilene da Silva João – atendimento às terças-feiras à tarde e às quintas-feiras, pela manhã.

PARCERIAS - Feira da Agricultura Camponesa - Às quartas-feiras, das 10h30 às 18h, na sede do Sindicato, em Porto Alegre.

WHATSAPP - Receba informações do Sindicato pelo WhatsApp adicionando o número **(51) 99671.8648.**

AGENDE-SE PARA FAZER O SEU IRPF

CALENDÁRIO DOS PLANTÕES DO IMPOSTO DE RENDA

MÊS	LOCALIDADE	DIAS	TURNO
ABRIL	Porto Alegre	23,24	Manhã
		2,3,9,10,11,15,18,25,30	Tarde
	Canoas	2, 9,11,15,18,25	Manhã
		4, 23	Tarde
	Osório	1, 26, 29	Tarde

SINDIPETRO-RS
Filiado à FUP CUT

Informativo Semanal do SINDIPETRO-RS

Diretoria Responsável: Alexandre, Alexsandro, Alfredo, Ana, Bruno, Cadore, Daniel, Dary, Deporte, Elida, João Aloisio, Lautert, Lameira, Lisboa, Lucí, Maia, Mateus, Mirian, Neide, Orlando, Patrick, Paulo, Quadrado, Russo, Sobral e Terterola - **Jornalistas Responsáveis:** Nara Roxo (MTb 6771) e Rita Cardoso (Mtb 14.278).

Sede: Rua Gen. Lima e Silva, 818, Cidade Baixa, Porto Alegre, RS - Fone (51) 3226.2799
Del. de Canoas: Av. Vitor Barreto, 3288, fone(51) 3472.4622 - **Delegado:** Jesus
Del. do Litoral Norte: Rua Deolindo Maggi, 52, Osório, fone(51) 3663.2763.

Contato: secretaria@sindipetro-rs.org.br
Denúncia: denuncia@sindipetro-rs.org.br

PRIVATIZAR FAZ MAL AO BRASIL